



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## PROJETO DE LEI 23 de 2025

Projeto de Lei 23/2025, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências"

### Emenda 02 (aditiva)

Fica incluído o artigo 38 no referido PL, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 38. Ficam os Poderes Executivo Municipal e Legislativos obrigados a implementar, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, mecanismo de incentivo à participação popular por meio eletrônico, com o objetivo de colher sugestões, dúvidas e opiniões da população acerca das prioridades e diretrizes orçamentárias para o próximo exercício.

§1º. O mecanismo será disponibilizado nos meios oficiais de comunicação e publicidade institucional da Administração Pública, especialmente nos sites e nas plataformas digitais;

§2º. O formulário eletrônico deverá conter espaço para manifestação livre dos cidadãos, além de perguntas objetivas relacionadas às áreas prioritárias de investimento, políticas públicas e ações governamentais.

§3º. As manifestações recebidas serão sistematizadas e respondidas durante a audiência pública realizada para discussão do projeto da Lei Orçamentária Anual, em atendimento ao princípio da transparência e da participação popular previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§4º. O resumo das contribuições e respectivas respostas será publicado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal, em até 10 (dez) dias após a realização da audiência pública.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo fortalecer a democracia participativa e ampliar a transparência na elaboração do orçamento público municipal, em especial no que se refere à definição das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Embora a legislação vigente já preveja a realização de audiências públicas, é notório que a participação popular nesses eventos ainda é limitada, seja por questões de acessibilidade, falta de informação ou desinteresse gerado pela ausência de mecanismos eficazes de escuta e devolutiva.

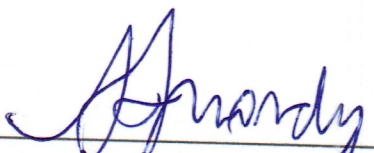
Assim, propõe-se a criação de um instrumento eletrônico, a ser disponibilizado nos canais oficiais da Prefeitura e, quando possível, da Câmara Municipal, com a finalidade de colher sugestões, dúvidas e opiniões da população sobre as prioridades da gestão pública. As manifestações recebidas serão analisadas e respondidas na audiência pública relativa à Lei Orçamentária Anual, garantindo retorno à sociedade e incentivando maior engajamento.

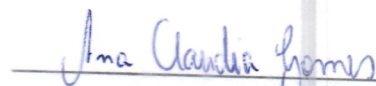
O uso de plataformas digitais, com prazo razoável para a implementação (30 dias), é medida compatível com os princípios da economicidade, publicidade e eficiência, além de promover efetivamente o direito constitucional de participação na gestão das finanças públicas, conforme previsto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).


Trata-se, portanto, de uma medida simples, de baixo custo e de alto impacto na qualificação do debate público sobre o orçamento, permitindo que os cidadãos sejam ouvidos e suas contribuições consideradas na construção das políticas públicas do Município.

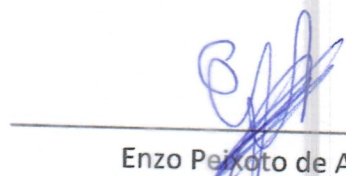
Diante disso, espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação desta relevante proposta.

Sala de sessões, 15 de julho de 2025.

  
Alexsandro de Almeida Nardy

  
Ana Claudia Gomes

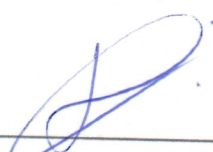
  
Divino Paulo de Aquino


  
Enzo Peixoto de Almeida






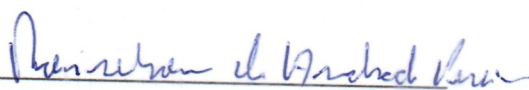
# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

  
\_\_\_\_\_  
Leandro José da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Mauro Sérgio da Silva

\_\_\_\_\_  
Reinaldo Ribeiro Nunes

  
\_\_\_\_\_  
Renan Rodrigues

  
\_\_\_\_\_  
Ronicelson de Andrade Pereira